

pão e cravos

Jornal de Jovens do Bloco
n.º 14 agosto/setembro 2019



Foto LUSA

Alterações Climáticas e Ações Individuais
Beatriz Fareló

Silly season
com José Soeiro

Que transportes queremos?
A mobilidade em questão
João Patrocínio

Salvar vidas não é um crime
Miguel Duarte



ÍNDICE

página 3 // Alterações Climáticas e Ações Individuais [Beatriz Farelo](#)

página 4 // Silly season com José Soeiro

páginas 5 e 6 // Que transportes queremos? A mobilidade em questão [João Patrocínio](#)

página 7 // Salvar vidas não é um crime [Miguel Duarte](#)

página 8 // Contos da Aldrabice Sazonal [Filipa Silvestre](#)

página 9 // Maria = Luta
A resistência da mulher em Novas Cartas Portuguesas [Catarina Alves](#)

página 10 // Breves

página 11 // Agenda

EDITORIAL

CNJ

Não nos resignamos. Nesta edição do Pão e Cravos contamos com textos relativos às diferentes lutas do Bloco, em especial aquelas que mais envolvem jovens. Falamos do trabalho sazonal e da precariedade a este associado, das alterações climáticas e da necessidade de uma transformação profunda no modo de produção capitalista, porque não há Planeta B.

O início deste verão ficou marcado pelas Marchas do Orgulho LGBTI+ que, em diferentes pontos do país, se fizeram ouvir exigindo direitos, gritando: “Capital aprende, o orgulho não se vende”. Este movimento continuará a encher de cor as ruas deste país, celebrando a diversidade e lutando pela igualdade. De Coimbra a Lisboa, de Braga a Vila Real, de Faro até ao Porto, e passando pela 1ª Marcha do Orgulho em Aveiro e Barcelos, foram milhares de pessoas nas ruas. A multiplicação destes momentos de luta por mais cidadades do país é demonstrativo da crescente organização de ativistas e da necessidade de continuar a lutar por uma sociedade livre de opressões.

Os processos movidos por parte do Governo Italiano contra Miguel Duarte ou contra Carola Rakete, bem como a morte de milhares de migrantes que procuram cruzar a fronteira do México com os Estados Unidos, são representativos do perigo da extrema-direita por todo o mundo. Num mundo onde velhos novos muros se erguem urge lutar contra esta crise

humanitária, contra esta Europa-Fortaleza que fecha as portas e persegue as vítimas das guerras que semeia.

Os constantes recuos do Partido Socialista, as recentes afirmações do seu presidente Carlos César e a tentativa recorrente de um entendimento com as forças políticas à sua direita são demonstrativos da necessidade de dar mais força ao Bloco de Esquerda. A força do Bloco faz a diferença na construção de um país mais justo: com um ensino público verdadeiramente gratuito e inclusivo com um Serviço Nacional de Saúde universal e com direitos laborais que assegurem a dignidade de quem trabalha, combatendo a precariedade e o atual Código do Trabalho, onde ainda figura a marca da troika e da austeridade. A preocupação com o peso político do Bloco demonstrada pelos “donos disto tudo” personificadas no CEO da Altice Portugal e na presidente executiva do Grupo Luz Saúde demonstram que estamos no caminho certo na luta por um país melhor para todos.

Apenas organizados e mobilizados conseguiremos construir uma alternativa para o país: pela habitação, pelo ambiente, pelos direitos das mulheres, pela educação, pela sociedade por que lutamos. Uma alternativa que privilegie o social em vez do capital, uma alternativa socialista que responda a um capitalismo predatório que está a destruir o nosso planeta.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E AÇÕES INDIVIDUAIS

Beatriz Farelo

As provas estão mesmo à nossa frente: se nada mudar, as alterações climáticas vão intensificar-se e, dentro de 10 anos, serão já irreversíveis, com catástrofes naturais a aumentar em intensidade e frequência. O mercúrio nos 40°C em Paris e o relatório do Conselho dos Direitos Humanos da ONU, que aponta para um “apartheid climático”, não enganam ninguém – a justiça climática e a justiça social andam de mãos dadas e precisam de estar na ordem do dia.

Face a uma questão que se afigura existencial, não é de estranhar que as pessoas procurem respostas tangíveis e fáceis que lhes permitam colmatar o sentido de impotência face ao seu próprio destino. Mas chegou a altura de reciclar e reutilizar os 3 Rs.

1. Rejeitar o individualismo e o sistema que o sustenta. O capitalismo tornou-se capaz de se sustentar e naturalizar, instrumentalizando toda uma cultura consumista onde tudo é chiclete: mastiga e deita fora. Da música e cinema à economia e trabalho, o consumismo desenfreado faz-nos pensar a sociedade como seres independentes – os self-made men – em vez de interdependentes.

2. Repensar-nos. O capitalismo alimenta-se do individualismo – a celebração do hiperindividualismo e a reprovação da solidariedade têm vindo a (tentar) quebrar qualquer tipo de coletivismo. É esta guerra ideológica, travada pelas grandes corporações e pelas estruturas de poder, que sustenta a falsa consciência que nos permite abrir caminho à poluição em massa e aceitar o papel de bode expiatório da catástrofe que está a ser o nosso presente e virá a ser o nosso futuro.

Enquanto nos distraímos com as nossas vidas pessoais eco-friendly, apenas 100 das grandes corporações têm vindo a ser responsáveis por mais de 70% das emissões de gases com efeito de estufa desde 1988 (CDP Carbon Majors Report 2017). Assim, o poder privado vai-se tornando cada vez menos imputável pelos seus erros, e as privatizações, os cortes nos impostos, os acordos de comércio livre, os lobbies, os donativos e os subsídios aos combustíveis fósseis vão sempre ter prioridade nas filas onde as nossas vidas e direitos já se encontravam antes.

A importância da diminuição do consumo e da escolha entre alternativas mais ecológicas não deve ser posta de parte. Mas essas escolhas só vão ser justas quando o sistema económico as conseguir tornar viáveis e acessíveis a toda a gente. A empregada de limpeza, que acorda todos os dias às 6h da manhã para ir limpar casas para os centros urbanos gentrificados, não pode atravessar a ponte 25 de Abril numa bicicleta municipal nem optar por outras opções mais viáveis e acessíveis, uma vez que não lhe são proporcionadas ou não lhe estão em conta.

3. Revolucionar. Tornar de controlo público aquilo que nos é de direito – e salvar o nosso futuro é o nosso direito. Bloquear as corporações e manter os combustíveis fósseis no chão. Aumentar impostos sobre as empresas poluentes que possam reverter para a acessibilidade do investimento em massa em infraestruturas públicas de energia renovável – tornar a sustentabilidade acessível a todos e todas fortalecendo o setor público.

Revolucionar faz-se marcando a agenda política com ativismo disruptivo e combativo, e com a disputa urgente da arena política contra o capitalismo, por um sistema que seja capaz de responder à altura dos desafios. Muitos atos individuais pequeninhos não protagonizam as grandes mudanças que necessitamos. Estas acontecem quando pensamos e atuamos em conjunto, como seres interdependentes na busca de uma solução conjunta para um problema sistémico. Para um problema global, uma resposta global.



SILLY SEASON COM JOSÉ SOEIRO

1. Zé, não é que não goste de viver com os meus amigos, mas os meus pais com a minha idade já tinham filhos e casa. Será que vou conseguir o mesmo em idade fértil?

Se fosse o problema de uma pessoa, a resposta seria mais fácil. A combinação é explosiva: aumento especulativo dos preços das rendas, diminuição da oferta por causa da transformação de habitação em “falso” Airbnb, os fundos abutres e o capital estrangeiro a entrar por via dos vistos “gold”. Sinceramente, acho que a resposta depende de conseguirmos rebentar com esta bolha: regular o turismo e ter quotas que impeçam que tudo se transforme ou permaneça como alojamento local, ter muito mais habitação pública e a preços controlados (demora tempo, mas estamos a correr contra um imenso atraso) e acabar com os vistos “gold”. Quantos anos te restam de idade fértil?

2. O meu trabalho despoletou um esgotamento. Entre medicação, psicóloga e renda, o dinheiro não me chega para tudo. O que escolho?

Os esgotamentos (ou o burnout) no trabalho são hoje um fenómeno massivo. Mas mais rapidamente as pessoas procuram a psicóloga do que o sindicato para resolvê-lo. A psicóloga vai ajudar-nos a lidar connosco e com a realidade, mas é com o sindicato que podemos mudar a estrutura e as relações de trabalho de merda que estão a dar cabo de nós.

Uma das vitórias da precarização é que vivemos os problemas do trabalho como problemas individuais, num registo de sofrimento que acaba por isolar-nos. Precisamos de tratar de nós (é absurdo que não haja psicólogos em todos os centros de saúde e que a saúde mental seja um parente pobre no SNS), mas também de tratar do que nos destrói e faz mal. É como o velho debate sobre a erradicação da tuberculose: podem dizer que o que a causa é o bacilo de Koch, mas

na verdade o que a explica e a provoca é a miséria causada pela desigualdade.

3. Os meus pais são trabalhadores precários e a reforma dos meus avós sustenta parte da família. Como é que me sustento daqui a uns anos?

Só vejo uma resposta: com o teu salário. Em Portugal, estamos demasiado habituados a aceitar que é possível uma economia de salários baixos e poucos bens públicos, porque depois a “família-providência” ampara os desequilíbrios. E se é verdade que a solidariedade entre gerações tem sido fundamental para as pessoas sobreviverem, o modelo é absurdo: reproduz as desigualdades de partida e limita a autonomia individual. Temos de combater a ideia de que o pleno emprego é uma utopia do passado (não é! reduza-se o horário de trabalho e dá-se um passo de gigante para o alcançarmos) e a de que é possível um país em que um salário mal dá para pagar a renda. A pergunta talvez seja: o que estamos dispostos a fazer para mudar de paradigma?

4. Zé, preferias um T0 em que tens de fazer uma viagem diária de hora e meia ou um quarto partilhado a 20 minutos do trabalho?

Zé, preferes um soco ou um estalo? Preferes o Chagas Freitas ou a Margarida Rebelo Pinto? Preferes a Cristas ou o Rio? O Assis ou o Centeno? Prefiro não aceitar como inevitável que a vida seja um jogo do preferias.





QUE TRANSPORTES QUEREMOS? A MOBILIDADE EM QUESTÃO.

João Patrocínio

Em abril, entrou em vigor a redução tarifária dos passes em Lisboa e no Porto. Esta é uma medida que em muito beneficiou quem vive do trabalho assalariado e, muitas vezes, precário, que chegava a pagar centenas de euros por um passe suburbano. Além disso, em Lisboa, facilitou a lógica da mobilidade, ao dar acesso a todos os meios de transporte através de um passe único, acabando com os passes combinados.

No entanto, pouco mais melhorou. Na verdade, esta questão veio reacender um debate recorrente: o estado caótico dos transportes em Portugal. É difícil pensar em transportes sem nos imaginar quais sardinhas em lata na hora de ponta ou na espera interminável por chegar a uma qualquer cidade do interior. As causas para estes problemas são inúmeras, mas podemos evidenciar alguns aspetos:

1) O foco do investimento, nos últimos quarenta anos, tem sido o transporte individual. Portugal tem hoje uma das maiores redes de autoestradas da Europa, sem um sistema de transporte público que faça uso dessa rede. As maiores empresas de autocarros expresso, como a Barraqueiro, foram privatizadas nos anos 90, o que implica que o transporte serve o lucro

dos patrões e não os interesses das populações que dependem dos autocarros para se poderem deslocar. Como agravante, o transporte individual, através de carro próprio, é uma alternativa cara e pouco ecológica: manter um carro em Portugal pode custar mais de 500 euros por mês e emite gases poluentes devido à queima de combustíveis fósseis.

2) O investimento no transporte ferroviário foi posto de parte. Boa parte da rede permanece sem estar eletrificada, tendo que se fazer uso das poluentes automotoras a diesel, que há muito ultrapassaram o seu tempo de vida útil. As linhas estão degradadas, assim como os próprios comboios que, na sua maioria, circulam muito abaixo da sua velocidade máxima para evitar acidentes e a própria manutenção. Em algumas regiões, não há comboio de todo. Bragança, Viseu e Vila Real são hoje capitais de distrito sem uma linha que as ligue ao resto do país.

3) Os transportes suburbanos obedecem às lógicas da gestão privada. Fertagus e Rodoviária de Lisboa são alguns exemplos de empresas privadas de transporte público. Antes da redução do preço dos passes, estes podiam atingir centenas de euros por mês nestas

empresas. Hoje, é o Estado que paga o diferencial entre o preço anterior e o preço atual a estas empresas, conferindo aos donos destas empresas rendas fixas pagas com dinheiros públicos.

As empresas públicas como a Metro de Lisboa vivem situações dramáticas de falta de investimento, o que impossibilita a renovação da frota existente e dificulta a manutenção do que já existe. O resultado são as avarias constantes, os atrasos e as supressões.

Esta redução do preço dos passes serve também como penso rápido para um problema que o Governo não tem conseguido combater: a questão da habitação em Lisboa e no Porto. Não sendo capaz de pôr um travão na especulação imobiliária, o Governo tenta dar uma compensação a quem vive longe do centro das cidades por não conseguir pagar as rendas elevadas que lá se praticam.

A redução do preço dos passes não é suficiente para colmatar os muitos problemas da mobilidade em Portugal. Precisamos de controlo democrático sobre os nossos transportes. Precisamos de um forte investimento no setor e de afastar os privados da gestão daquilo que é de todos. Os transportes públicos são a única alternativa realmente sustentável, democrática e ecologicamente desejável.



SALVAR VIDAS NÃO É UM CRIME

Miguel Duarte

Durante o ano de 2018, 2299 pessoas perderam a vida no mar Mediterrâneo. Isso dá mais de 6 pessoas por dia. Foi o ano com a maior taxa de mortalidade alguma vez registada às fronteiras da Europa. Fogem como podem de tortura, perseguição, prisão arbitrária e pior.

Isto não é uma situação inédita nem surpreendente. Há anos que ouvimos falar sobre as adversidades enfrentadas pelas pessoas refugiadas e as várias rotas migratórias utilizadas por centenas de milhares de pessoas a caminho da Europa.

Foi entre notícias assustadoras que, em 2016, me juntei à tripulação de um navio de resgate marítimo no Mediterrâneo Central. O *Iuventa* é um antigo navio de pesca convertido em navio de resgate por um grupo de jovens voluntários europeus, com o objetivo de dar resposta à crise humanitária a que temos assistido nos últimos anos.

Eu não tinha experiência náutica, e muito menos formação médica, e a bordo comecei por servir como tradutor, porque falo italiano, e como mais um par de mãos para ajudar com pessoas e equipamento no convés. Ao longo do tempo que passei a bordo, fui aprendendo com a experiência de colegas meus e desempenhando outros papéis durante as operações de salvamento. Na minha primeira missão, resgatámos 423 pessoas em duas semanas. Tive a sensação de que nunca tinha feito nada tão bem feito na vida porque, para muitas daquelas pessoas, nós fomos a única coisa que se encontrou entre elas e uma morte certa. No entanto, para outras, não chegámos a tempo. Perdemos uma menina de 3 anos em outubro de 2016 porque chegámos tarde, e essa foi uma experiência que soube, imediatamente, que nunca me iria sair da memória.

É esta a dimensão desta crise humanitária. A 2 de agosto de 2017, o *Iuventa* foi apreendido pelas autoridades italianas e foi aberta uma investigação que recaía sobre alguns membros da tripulação por suspeitas de ajuda à imigração ilegal. Eu próprio e outros nove tripulantes fomos constituídos arguidos e esperamos agora ter de comparecer em tribunal para sermos julgados por um crime que pode conduzir a vinte anos de prisão. E esta é a dimensão da crise política europeia.

Perante uma catástrofe humana deste tamanho, perante a morte de milhares e milhares de homens, mulheres e crianças que fogem de horrores dos quais nos chegamos apenas alguns relatos, os estados europeus escolheram não só encolher os ombros e olhar para o lado, como criminalizar civis que se organizam para preencher o vazio deixado pela inação governamental.

Depois de termos visto o que vimos, é impossível aceitar o papel da 'vítima que sofre uma invasão' que políticos e media europeus tentam promover para encobrir uma Europa que se tem revelado impotente e incapaz de lidar com uma situação em que os interesses económicos são postos frente a frente com os valores que esta União tencionava proteger.

As armas produzidas por estados membros são as que alimentam as guerras que geram estes números exorbitantes de pessoas a precisar de um refúgio. São pessoas como nós - isto tem de nos revoltar. Não podemos deixar que um conjunto de linhas fictícias defina o valor das vidas que nascem dentro delas, especialmente quando pertencemos a uma geração que diz, com orgulho, "sou uma pessoa do mundo". Vivemos todos os privilégios da globalização: viajamos, vemos, conhecemos, experienciamos. Mas a verdade é que não somos merecedores: somos sortudos, e isso deveria tornar-nos mais conscientes da responsabilidade que temos perante aqueles que não tiveram a nossa sorte. O resgate marítimo é um dever, não só um direito, e nunca um crime.



Documentário "Iuventa" | Direção: Michele Cinque 2018

CONTOS DA ALDRABICE SAZONAL

Filipa Silvestre

A sazonalidade é um fenómeno de cariz vago e omnipresente que assombra o capital das empresas. Os patrões queixam-se da incerteza do futuro, dizem as palavras *irregularidade*, *insegurança*, *quebra*, *imprevisão* e *o que é preciso é salvaguardar o negócio e gerir os gastos* – não confundir com dividendos!

Os governos, uns mais que outros, têm uma grande solidariedade para com a causa dos patrões, “vítimas” de sazonalidade. Com muito empenho expandiu-se a desculpa. As autarquias acompanham e exprimem a sua impotência e preocupação perante o fenómeno da sazonalidade, apostando cada vez mais no comércio sazonal. São complacentes e não se importam de privatizar terrenos ou legalizar o que for preciso para dinamizar as zonas turísticas das cidades.

Faça chuva ou faça sol, as modestas cadeias de hotéis costumam estar mais cheias que vazias. No entanto, os patrões são pessoas sensatas e, por isso, decidem fechar portas no inverno. Viajam para as Ilhas Caimão e mandam redecorar os seus hotéis, que podem até ganhar estrelas se ficarem bonitos e, se os sócios estiverem de acordo, até se engenha mais um modesto empreendimento.

De porta aberta ou fechada, todos os anos, as senhoras de limpeza são despedidas coletivamente, como causa natural da sazonalidade. Em novembro, têm obrigatoriamente de prometer que voltam daí a três meses: é mais fácil se pensarem que vão de férias. Como não conseguem estar sossegadas, vão para o IEFP aprender o que houver: línguas, jardinagem, informática e, algumas, já nem podem aprender mais porque não deixam repetir os cursos e, para os que não os fizeram, muitas vezes, não têm as habilitações necessárias para se inscreverem.

No ano passado, a sazonalidade quase não se notou, mas, entretanto, estas senhoras da limpeza foram substituídas por outras da agência de trabalho temporário. Estas “empresas” vieram salvar os patrões, “vítimas” da sazonalidade. Têm designs minimalistas, que quase te fazem esquecer da precariedade dos contratos. Com sorte, colocam-te num sítio diferente a cada dia e já não te podes queixar de assédio ou homofobia no trabalho, porque este deixa de ser contínuo. As férias são os

dias avulso em que não recebes mensagem para ir trabalhar.

Demasiadas vezes, as senhoras da limpeza encontram-se com os alunos e alunas da escola profissional, que têm estágios isolados a ocupar postos de trabalho efetivos. Quase nunca sabem o que estão a fazer e também não sabem quando se podem ir embora. Não conhecem o que são contratos nem sindicatos, e também já quase ninguém lhes sabe explicar.

A Laura, por outro lado, sempre teve contrato coletivo e, tal como as suas colegas, tem horários muito irregulares, devido à sazonalidade que determina a quantidade de trabalho que há para fazer - ou, pelo menos, é o que lhe dizem quando está sozinha a fazer o trabalho de cinco pessoas. Como já são poucas, combinaram entre si um horário de trabalho menos confuso, que foi recusado. Infelizmente, a sazonalidade não permite extravagâncias - já estavam à espera da resposta: já antes tinham pedido um aumento do salário, mas também aí a sazonalidade não aprovou. Para não ficarem tristes, a empresa propôs que tirassem todas folgas nos seus dias de aniversário.

O Jayesh, que sempre sonhou com a cidade, acabou a trabalhar no campo. De onde veio, deixou à família e aos amigos a ideia de que ia trabalhar para ser um homem de negócios. Ainda não conseguiu, mas já aprendeu o custo da sazonalidade.

Numa sociedade capitalista, existem mil desculpas para manter os trabalhadores e trabalhadoras em situações precárias e a sazonalidade laboral é apenas mais uma. Afeta especialmente as regiões escravas do setor turístico, por falta de investimento em outros setores de atividade: Alentejo, Algarve e Ilhas. É urgente a concretização de políticas nacionais e locais que apostem no desenvolvimento regional o ano inteiro, de fiscalização das empresas e organismos ligados ao turismo, e que coloquem os habitantes, trabalhadores e trabalhadoras, no centro da discussão, e não as empresas que maximizam o seu lucro durante 7 meses para viver os restantes 5 dos dividendos criados à custa da exploração desenfreada de quem vive do seu trabalho e não tem outra opção senão render-se ao fenómeno da sazonalidade laboral.

MARIA = LUTA

A RESISTÊNCIA DA MULHER EM NOVAS CARTAS PORTUGUESAS

Catarina Alves

As *Novas Cartas Portuguesas*, escritas pelas três Marias - Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa - durante a ditadura, e no auge da Guerra Colonial, trazem-nos temas de combate e de resistência. São um manifesto anti-guerra e uma denúncia da estratificação social e de situações discriminatórias, muitas delas relativas ao género. Esta obra desmistifica o ideal romântico e a sexualidade, questionando os papéis femininos e masculinos e expondo a suposta segurança dos valores sociais e patriarcais pelo que realmente são: repressões causadoras da dupla marginalização da mulher.

Algumas passagens das *Novas Cartas Portuguesas* foram consideradas “imorais” e “pornográficas” pela censura e as Marias foram levadas a julgamento em 1973. Para se protegerem do Estado Novo, nunca revelaram quem tinha escrito o quê, decisão que se manteve até aos dias de hoje. Natália Correia teve um importante papel na concretização deste livro: uma noite, entrou na gráfica onde a obra estava a ser impressa e, à pressa e às escondidas, devolveu ao livro os textos que lhe tinham sido retirados pela censura. Devido à rapidez que este processo exigiu, não lhe foi possível colocá-los na ordem certa e esta nunca foi corrigida, tendo sido integrada pelas Marias como parte do que a obra devia ser: labiríntica, sem cronologia ou autoria para guiar o/a leitor/a.

O texto matricial desta obra são As Cartas Portuguesas seiscentistas da Soror Mariana Alcoforado: cinco cartas de amor de uma freira portuguesa a um “cavaleiro” francês. Do seu caso amoroso, destaca-se a paixão proibida e a clausura feminina: física (num convento em Beja), mas também sexual e social. Partindo destas cartas, as três Marias construíram nove cartas, múltiplos ensaios, poemas e outros textos que resistem à catalogação. Estas *Novas Cartas* propõem uma genealogia de bastardas e resistem à linhagem patrilínea, rompendo com os apelidos masculinos e usando, em vez, o primeiro nome Maria. Maria, então e agora, o nome mais português da identidade da mulher.

É curioso lembrar que, depois de Abril de 1974, tendo sido conquistado o direito à associação,

Maria Teresa Horta – uma das fundadoras do Movimento de Libertação das Mulheres e em nome do mesmo – pediu que lhes fosse dada uma sede. Mas, por mais que nos custe admitir, a revolução não foi feita para as minorias. O pedido foi negado com a justificação de que não era momento para segregações, mas sim para união. Continuaram as mulheres a ser controladas pela maternidade e pelo sistema económico, presas pelo trabalho doméstico não pago, que liberta o homem para trabalhar e para lutar, já que há alguém para tratar da casa e das crianças.

O texto “O Cárcere” surge como um importante relato desta dupla marginalização feminina e como uma chamada de atenção para um movimento social imprescindível à Liberdade e à Revolução: o Feminismo. O conto tem duas personagens: homem e mulher, um casal. Ela é estereótipo da mulher que fica em casa, limpa, cozinha, abdica de si e vive no terror que ele lhe provoca. Entrelinhas, podemos concluir que o cansaço dele vem de mais um dia a lutar contra o estado português totalitário. A personagem masculina é homem de esquerda, revolucionário e anticapitalista que, porém, gera na sua própria casa o clima que combate lá fora. Ela cozinha, ele come tudo e não deixa nada. Ele é violento, ela chama-lhe o maior dos insultos: polícia bruto. Ele aprisiona-a física e psicologicamente, exige dela todo o trabalho e – a ironia da repressão física! – bate-lhe como reacção à própria opressão que sente: violência gerada pela violência. A sua casa é não mais que um espelho do sistema que ele combate e ela é a prisioneira dum modelo social imposto.

Após a sua leitura, não me saía da cabeça uma frase de Karl Marx, no seu livro *Do Suicídio*: “o homem mais oprimido pode oprimir alguém, a sua mulher; a mulher é a proletária do próprio proletário”.

A publicação deste livro, marcado pelo excesso e pela ruptura, foi um ato desafiador de resistência. Às Marias que, inspiradas pela Soror (irmã) Mariana, nos trazem um livro de Sororidade (união de todas as mulheres); às Marias, nossas irmãs de luta, que passaram por cima do medo e nos trouxeram a mulher como agente político, fica a promessa de que faremos igual.

BREVES

Bloco de Esquerda sai reforçado nas Europeias de 2019

Nas eleições ao Parlamento Europeu, no dia 26 de maio, o Bloco de Esquerda mais que duplicou no número de votos e afirmou-se como a terceira força política em Portugal. Este crescimento traduziu-se na eleição da Marisa Matias e do José Gusmão para o Parlamento Europeu. Os resultados eleitorais são a prova de que as pessoas sabem que podem confiar no Bloco de Esquerda em todas as lutas seja na defesa de direitos humanos, seja na luta contra a precariedade, seja na luta ambientalista. Que dia 6 de outubro, nas eleições legislativas, o Bloco de Esquerda continue a fazer a diferença!



Marchar pelos direitos LGBT+ e resistir ao pinkwashing



Todos os anos se organizam diversas marchas de orgulho LGBT+, com o objetivo de lutar pelos direitos destas pessoas e contra a discriminação e preconceito que ainda as afetam. Na luta LGBT+, ninguém pode ser deixado de fora e, mesmo quando se celebram vitórias, não se deve esquecer tudo o que ainda falta fazer. Este ano, foram muitas e muitos a marchar por esse país fora: a 1ª marcha de orgulho LGBT+ de Aveiro, a 7ª de Braga, a 3ª de Vila Real, a 2ª de Faro, a 10ª de Coimbra, a 20ª de Lisboa e ainda a 14ª edição da marcha do orgulho do Porto. O número de marchas de orgulho LGBT+ continua a crescer, espalhando-se e chamando cada vez mais pessoas. Conquanto estes sejam sinais positivos, não se pode ignorar o peso do pinkwashing nestas marchas políticas, que ameaça centralizar, limitar e deturpar o significado da luta e dos movimentos que assinalam a revolta de Stonewall, que celebra este ano o seu cinquentenário.

Feminismo em discussão

No Porto, iniciou-se o ciclo de sessões para debater "Feminismos em Confronto", que já vai na segunda sessão. Nestas sessões, tem-se explorado a história do movimento, refletido sobre as consequências da masculinidade tóxica e o quotidiano das mulheres. Também na cidade do Funchal se realizou uma sessão versando sobre feminismo: "Feminismo? Para que te quero".



Ambientalistas exigem mais do que atos simbólicos



Recentemente, após uma concentração de jovens ambientalistas durante a conferência internacional de ministros da juventude, o Presidente da República admitiu concordar com a necessidade de se declarar um estado de emergência climática. No entanto, sabe-se que as suas palavras têm um peso essencialmente simbólico, e que não é apenas de simbolismos que se faz ação política. Exigem-se ações concretas e radicais, capazes de combater as alterações climáticas e proteger o ambiente. Não há planeta B; o verdadeiro reconhecimento da emergência climática está na recusa do capitalismo e na construção do ecossocialismo.

AGENDA



4 Agosto
17h

Sessão Pública: Ouvir quem cá vive - Vamos falar de Direitos das Mulheres do Interior

Com Bárbara Xavier, candidata do Bloco pelo distrito de Viseu (Cabeça de Lista), Rita Diogo, candidata do Bloco pelo distrito de Viseu (2.ª Candidata), e Manuela Antunes, UMAR - núcleo de Viseu da União das Mulheres Alternativas e Resposta.

Auditório do Museu Municipal de Resende (Rua Dr. Amadeu Sargaço)



31 Julho > 5 Agosto

16º Acampamento Liberdade

Parque de campismo de Martinchel, Castelo de Bode

40€ pelos 5 dias (transportes e alimentação incluídas) 20€ pelo fim de semana (alimentação incluída, não garantimos transportes).

Qualquer dúvida podes contactar: cnjovens@bloco.org



30 Agosto > 1 Setembro

13º Fórum Socialismo 2019

Porto,
Escola Artística
Soares dos Reis

ADERE AO BLOCO

Este formulário é uma pré-adesão ao Bloco de Esquerda. Depois de o preencheres, serás contactado/a para formalizar a adesão e o pagamento da quota anual (Valor mínimo: 15 euros). Entrega este formulário preenchido numa sede do Bloco.

Nome: _____

Morada: _____

E-mail: _____

Código Postal: _____

Localidade: _____

Telefone / Telemóvel: _____

Data de Nascimento: (dd/mm/aaaa): _____

Emprego / Actividade: _____

País: _____

Ficha Técnica

Beatriz Farelo, Beatriz Simões, Catarina Agreira, Catarina Alves, Francisco Pascoal, Igor Gago, Inês Ribeiro Santos, Mafalda Escada, Sara Azul Santos e Teresa Amorim.

Sede Nacional do Bloco: Rua da Palma, 268, Lisboa | esquerda.net | [Facebook.com/jovensBE](https://www.facebook.com/jovensBE)



fórum
SOCIALISMO
2019

DEBATES
WORKSHOPS

ecologia

cultura

revolução

trabalho

feminismo

lgbt+

internacional

economia

história

ciência

30, 31 AGO > 1 SET

ENTRADA LIVRE

Porto

Escola Artística Soares dos Reis
Rua do Major David Magno